

VIC D.T.V.M. S.A.

***DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES***

EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025



VIC D.T.V.M. S.A.



Demonstrações Financeiras

Em 30 de Junho de 2026 e 2025

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Diretores da

VIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração

pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

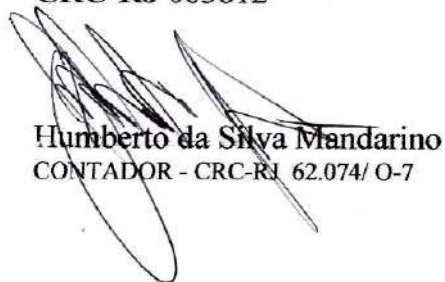
data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2026

MANDARINO & ASSOCIADOS AUDITORES
CRC-RJ 003812



Humberto da Silva Mandarin
CONTADOR - CRC-RJ 62.074/O-7

VIC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Balancos Patrimoniais

Em 30 de Junho de 2026 e 2025 e exercício findoem 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

	Nota	2026	2025	2025		Nota	2026	2025	2025
Ativo		324.282.126	303.859.271	357.453.908	Passivo		324.282.126	303.859.271	357.453.908
Circulante:		319.196.145	299.370.645	352.703.877	Circulante:		115.958.544	93.527.264	156.438.446
Disponibilidades	4	72.150	8.200	13.245	Depositos		27.168.210		41.668.667
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	30.369.534	28.521.830	52.169.067	Instrumentos financeiros derivativos	7	-	10.758.079	14.289.156
Títulos e valores mob. e Instr. Financeiros	6.a	283.337.695	265.100.777	291.222.750	Sociais e Estatutárias	8	13.317.747	6.179.916	32.339.337
Operações de crédito	6.b				Fiscais e previdenciárias	9	51.386.680	43.660.434	48.857.722
Negociação e intermediação de valores	10	-	-	2.537.648	Negociação e intermediação de valores	10	23.261.066	32.795.395	18.646.662
Rendas a receber		2.974.099	2.698.690	4.563.684	Provisão para pagamento a efetuar		824.840	133.440	636.903
Créditos tributários		2.383.367	2.963.647	2.111.782					
Outros créditos		59.300	77.500	85.700					
Realizável a Longo Prazo:		4.846.676	4.198.423	4.480.777	Exigível a Longo Prazo:		4.846.676	4.198.423	4.480.777
Outros Créditos	9	4.846.676	4.198.423	4.480.777	Fiscais e previdenciárias	9	4.846.676	4.198.423	4.480.777
Permanente		239.305	290.203	269.254	Patrimônio líquido:		203.476.907	206.133.583	196.534.685
Imobilizado de uso:					Capital social	12.a	68.270.000	68.270.000	68.270.000
Móveis e equipamentos		176.571	157.788	171.752	Reservas de lucros	12.b	58.522.918	72.742.862	55.487.933
Veiculos		579.000	579.000	579.000	Ajuste a valor de mercado	12.c	76.683.989	65.120.721	72.776.752
Depreciações Acumuladas		(516.266)	(446.586)	(481.498)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Contador: Eduardo Ramos da Silva CRC-RJ 121.783/O-8 Presidente: Victor Adler CPF 203.840.097-00

Demonstrações dos Resultados

Semestres Findos em 30 de Junho de 2026 e 2025

(Em reais)

		Semestres findos em 30 de junho de	
	Nota	2026	2025
Receitas da intermediação financeira		17.402.527	12.326.237
Operações de Crédito		322.288	151.174
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.494.840	1.444.335
Rendas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	13.a	9.270.941	6.359.954
Rendas de Instrumentos Financeiros Derivativos	13.b	2.482.309	973.959
Receitas de Prestação de Serviços		7.078	8.891
Juros Sobre Capital Próprio		3.825.072	3.387.923
Despesas da Intermediação financeira		(9.692.861)	(5.754.186)
Despesas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	13.a	(12.389)	(3.170.497)
Despesas de Instrumentos Financeiros Derivativos	13.b	(9.680.471)	(2.583.688)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.709.666	6.572.051
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.474.682)	(2.070.471)
Despesas com Serviços de Terceiros		(222.500)	(56.500)
Despesas de Pessoal	14.a	(808.432)	(752.614)
Despesas Administrativas	14.b	(684.765)	(537.040)
Despesas Depreciação		(34.768)	(27.455)
Despesas Tributárias	14.c	(313.619)	(276.844)
Outras Despesas Administrativas	14.d	(410.598)	(420.019)
Resultado operacional		5.234.984	4.501.580
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES (60 + 65)		5.234.984	4.501.580
Lucro líquido do semestre Antes da Reversão dos juros sobre capital próprio		5.234.984	4.501.580
Lucro líquido do semestre		5.234.984	4.501.580
Lucro por lote de mil ações		16,37	14,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Contador: Eduardo Ramos da Silva CRC-RJ 121.783/O-8 Presidente; Victor Adler CPF 203.840.097-00

VIC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Semestres Findos em 30 de Junho de 2026 e 2025
(Em reais)



Demonstração do resultado abrangente

	2026	2025
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre	5.234.984	4.501.580
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<i>Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado:</i>	-	-
Efeitos tributários	-	-
<i>Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado:</i>	-	-
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	-	-
Efeitos tributários	-	-
Resultado abrangente para o exercício, líquido dos efeitos tributários	-	-
Outros resultados abrangentes atribuíveis à própria instituição	-	-
Outros resultados abrangentes atribuíveis à participação em outros resultados abrangentes de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	-	-

Contador: Eduardo Ramos da Silva CRC-RJ 121.783/O-8 Presidente: Victor Adler CPF 203.840.097-00

VIC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres Findo em 30 de Junho de 2026 e 2025

(Em reais)



	Capital social	Reserva de lucros Legal	Especial de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	59.200.000	8.386.004	68.925.277	55.764.433	-	192.275.715
Aumento de capital	9.070.000		(9.070.000)			-
Ajuste a Valor de Mercado				9.356.288		9.356.288
Lucro líquido do semestre					4.501.580	4.501.580
Destinações do lucro:						
Juros sobre capital próprio						-
Reserva legal		562.416	(562.416)			-
Reserva Especial de Lucros			4.501.580		(4.501.580)	-
Saldo em 30 de junho de 2025	68.270.000	8.948.420	63.794.442	65.120.721	-	206.133.583
Mutações do semestre	9.070.000	562.416	(5.130.836)	9.356.288	-	13.857.868
Saldo em 01 de janeiro de 2026	68.270.000	10.217.415	45.270.518	72.776.752	-	196.534.685
Aumento de capital			-			-
Ajuste a Valor de Mercado				3.907.237		3.907.237
Lucro líquido do semestre					5.234.984	5.234.984
Destinações do lucro:						
Juros sobre capital próprio			(2.200.000)			(2.200.000)
Reserva legal		261.749	(261.749)			-
Reserva Especial de Lucros			5.234.984		(5.234.984)	-
Saldo em 30 de junho de 2026	68.270.000	10.479.165	48.043.753	76.683.989	-	203.476.907
Mutações do semestre	-	261.749	2.773.235	3.907.237	-	6.942.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Contador: Eduardo Ramos da Silva CRC-RJ 121.783/O-8 Presidente: Victor Adler CPF 203.840.097-00

VIC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Semestres Findos em 30 de Junho de 2026 e 2025
(Em reais)



	2026	2025
Fluxos de caixa da atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre/Prejuízo	5.234.984	4.501.580
Ajustes ao lucro líquido do semestre:		
Depreciação	34.768	27.455
Ajuste ao valor de mercado	3.907.237	9.356.288
Resultado ajustado do semestre	9.176.990	13.885.323
Variação de ativos e obrigações:		
Títulos e valores mobiliários	7.885.055	(23.540.594)
Direito por Empréstimos de Ações	-	10.192.111
Negociação e intermediação de valores <i>(ativo)</i>	2.537.648	32
Créditos diversos	(245.185)	(487.688)
Rendas a receber	1.589.585	742.912
Depositos	(14.500.457)	
Instrumentos financeiros derivativos	(14.289.156)	(1.936.644)
Sociais e estatutárias	(19.021.590)	(8.457.010)
Fiscais e previdenciárias	2.528.959	6.198.715
Negociação e intermediação de valores <i>(passivo)</i>	4.614.404	(2.306.137)
Provisão para pagamento a efetuar	187.938	(947.725)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(19.535.810)	(6.656.705)
Fluxos de caixa da atividades investimento		
Aumento do imobilizado	(4.819)	(75.900)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(4.819)	(75.900)
Fluxos de caixa da atividades financiamento		
Juros sobre capital próprio	(2.200.000)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(2.200.000)	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(21.740.629)	(6.732.605)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	52.182.313	35.262.636
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	30.441.684	28.530.030
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(21.740.629)	(6.732.605)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Contador: Eduardo Ramos da Silva CRC-RJ 121.783/O-8 Presidente: Victor Adler CPF 203.840.097-00

VIC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em reais)

1 - Contexto Operacional

A VIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), sociedade anônima de capital fechado, situada no Centro do Município do Rio de Janeiro – RJ, tem como objeto social, subscrever isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nas suas respectivas áreas de competência; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, do desdobramento de cautelas, do recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; constituir sociedade de investimento de capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; praticar operações no mercado de câmbio e taxas flutuantes; praticar operações de conta margem; realizar operações compromissadas; praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria ou de terceiros, nos termos da regulamentação do Banco Central; operar em bolsa de mercadorias e futuros, por conta própria ou de terceiros, observadas regulamentações do Banco Central e CVM nas suas respectivas áreas de competência; prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais; exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central e pela CVM.

2 - Apresentação e elaboração das Demonstrações Contábeis

2.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e com as normas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas na determinação dos valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas, incluindo, quando aplicável, perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões para contingências, realização de créditos tributários e tributos diferidos, mensuração a valor justo de instrumentos financeiros e determinação da vida útil de ativos. Os valores efetivamente realizados podem divergir das estimativas e premissas adotadas.

2.2 – Alteração nas Normas Contábeis Brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são:

- Res. 3.566/08 redução do valor recuperável de ativos (CPC 01);
- Res. 3.750/09 divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1);
- Res. 3.823/09 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25);
- Res. 3.973/11 eventos subsequentes (CPC 24);

- Res. 3.989/11 pagamento baseados em ações (CPC 10 R1);
- Res. 4.007/11 políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23);
- Res. 4.924/21 estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro (Pronunciamento conceitual básico (R2)), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN;
- Res. 4.877/20 benefícios à empregados (CPC 33 R1);
- Res. 4.524/16 efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; (CPC 02 R2);
- Res. 4.534/16 ativo intangível; (CPC 04 R1);
- Res. 4.535/16 ativo imobilizado. (CPC 27);
- Res. 3.604/08 demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Res 4.748/19 mensuração do valor justo (CPC 46)
- Res BCB nº 02/2020 resultado por ação (CPC 41)
- Res CMN 4.966/2021.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da Distribuidora.

Aprovação das demonstrações financeiras

Em 31/07/2026, os Diretores autorizaram a conclusão das demonstrações financeiras da Distribuidora.

3 - Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado da distribuidora é apurado de acordo com o regime de competência.

b. Ativos circulante e não circulante

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é determinado e classificado pelas instituições financeiras dos títulos e valores mobiliários nas seguintes categorias, em função da intenção e capacidade financeira da instituição: I – títulos para negociação; II – títulos disponíveis para venda; e III – títulos mantidos até o vencimento;

A administração classifica os títulos e valores mobiliários na categoria títulos disponíveis para venda, tendo sua avaliação pelo valor de mercado destacada no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

d. Negociação e intermediação de valores – ativo e passivo

Representada por valores pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar, relativos às operações de compra ou de venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizados na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, por conta própria e/ou de terceiros.

e. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso está apresentado ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens.

f. Outros ativos e passivos circulantes e de longo prazo

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata die*) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos pós-fixados foram atualizados *pro rata die* e os pré-fixados encontram-se líquidos dos encargos a apropriar, em razão da fluência dos prazos contratados.

g. Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social (*)	15,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(*) – Contribuição social calculada à alíquota de 15% conforme estabelece a Lei 14.183 de 14 de julho de 2021.

h. Imposto de renda e contribuição social

A Distribuidora não apurou lucro tributável no semestre de 30 de junho de 2026 e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. A Distribuidora adota o regime de apuração pelo lucro real.

i. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Representado pelas provisões de imposto de renda e contribuição social, calculadas com base nas alíquotas vigentes sobre o saldo registrado a título de ajuste a valor patrimonial no patrimônio líquido, sobre a carteira de títulos e valores mobiliários classificada como disponível para venda.

j. Resultado por ação

O resultado por ação é apurado pela divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

k. Operações de crédito

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata die*) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos pós-fixados foram atualizados *pro rata die* e os pré-fixados encontram-se líquidos dos encargos a apropriar, em razão da fluência dos prazos contratados.

l. Provisão para perdas com operações de créditos

A provisão para perdas com operações de créditos foi constituída em montante compatível com a avaliação de risco de crédito, conforme análise da Administração e normas emanadas do Bacen, que estabelece a criação de nove faixas de riscos, sendo AA (mínimo) e H (perda), e percentuais mínimos de provisionamento para cada faixa. A classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

4 - Disponibilidades

As disponibilidades integram o conceito de caixa e equivalentes de caixa e consistem em numerário disponível na Distribuidora e saldos em poder de bancos.

5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por Letras do Tesouro Nacional estão representadas pelo valor líquido das operações a preços fixos assumidos com compromissos de revenda, no montante de R\$ 30.369.534 (R\$ 28.521.830 em 30 de junho de 2025), com vencimento em D+1.

6 - Títulos e Valores Mobiliários

- a) Representados por ações de companhias abertas, em 30 de junho de 2026 no total de R\$ 283.337.695 (R\$ 265.100.777 em 30 de junho de 2025), sendo que R\$ 11.340.000 estão em garantias exigidas pela B3.
- b) Representados por ações de companhias abertas, em 30 de junho de 2026 emprestadas via CBLC por meio da B3 no total de R\$ 6.805.200 (R\$ 8.191.670 em 30 de junho de 2025), Em decorrência da alteração da estrutura do COSIF, vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, os direitos decorrentes de operações de empréstimos de títulos e valores mobiliários, anteriormente apresentados no grupo de Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários, passaram a ser apresentados como Ativos Financeiros Emprestados, integrando o grupo de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. A alteração decorre exclusivamente da adequação à nova estrutura de apresentação contábil estabelecida pelo Banco Central do Brasil, não representando mudança na natureza econômica das operações.

7 - Instrumentos Financeiros Derivativos

Refere-se a compra a termo de ações em 30 de junho de 2026, no total R\$ 0,00 efetuadas no mercado, (R\$ 10.758.079 em 30 de junho de 2025) com liquidação ocorrendo no prazo de até 120 dias.

8 - Sociais e Estatutários

Refere-se à remuneração do capital a pagar em 30 de junho de 2026, no montante de R\$ 13.317.747 (R\$ 6.179.916 em 30 de junho de 2025), composta por R\$ 4.217.747 de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP), líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte, e R\$ 9.100.000 de dividendos a pagar.

No semestre, foram deliberados R\$ 2.200.000 de Juros sobre o Capital Próprio, cujo valor líquido integra o saldo a pagar apresentado na data-base.

9 - Fiscais e Previdenciárias

	Circulante		Longo Prazo	
	2026	2025	2026	2025
Impostos e contribuições sobre salários	98.452	73.792		
PIS, COFINS e ISS a recolher	185.569	192.828		
Impostos sobre o lucro				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	51.102.659	43.393.814		
Provisão para contingências (i)			4.846.676	4.198.423
Impostos e contribuições a recolher				
	<u>51.386.680</u>	<u>43.660.434</u>	<u>4.846.676</u>	<u>4.198.423</u>

(i) No longo prazo, refere-se a provisão para contingência relativa à ação judicial pleiteando a redução da base de cálculo do PIS e da COFINS, que de acordo com a posição dos advogados, a possibilidade de perda apesar da r. Sentença e do v. Acórdão terem sido favoráveis à VIC DTVM S/A, considerando o julgamento desfavorável pelo STF em 2023 do aludido RE nº 609.096, com Repercussão Geral, entendemos que a probabilidade de perda deve ser classificada com o “**Possível, tendente a Provável**”.

(ii) A instituição reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos são calculadas com base nas alíquotas vigentes sobre o saldo registrado a título de ajuste a valor patrimonial no patrimônio líquido, sobre a carteira de títulos e valores mobiliários classificada como disponível para venda.

10 - Negociação e Intermediação de Valores

	2026		2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Devedores/Credores – conta de liquidações pendentes:				
Diretores e acionistas				12.040.906
Carteira Própria - Opções		22.757.750		6.549.950
Instituições do mercado		503.316		196.863
Pessoas físicas e jurídicas				14.007.676
		<u>23.261.066</u>		<u>32.795.395</u>

11 - Transações com partes relacionadas

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Despesas de representação a pagar	645.733	

Representa despesas com viagens no intuito de captar novos clientes com potencial de investimento em renda variável.

12 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é composto por R\$ 68.270.000 (R\$ 68.270.000 em 30 de junho de 2025) e está representado por 319.882.154 (319.882.154 em 2025) ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reserva Legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% de lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

c) Reserva especial de Lucros

Corresponde aos lucros não distribuídos a serem deliberados em Assembleia Geral quando realizada.

d) Ajuste ao valor de mercado

Representa os ganhos (perdas) não realizados, decorrentes do ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "títulos disponíveis para venda", conforme mencionado na nota explicativa 3.c. Tais ganhos (perdas) serão transferidos para as correspondentes contas do resultado do exercício na data em que ocorrer a sua efetiva realização financeira.

13 - Resultado da Intermediação financeira

a) Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	2026	2025
Receitas com título de renda fixa		
Receitas com renda variável	<u>9.270.941</u>	<u>6.359.954</u>
	9.270.941	6.359.954
Despesas de operações com títulos de renda variável	<u>(9.692.861)</u>	<u>(5.754.186)</u>
	(9.692.861)	(5.754.186)
	(421.920)	605.768

b) Rendas de Instrumentos Financeiros Derivativos

	2026	2025
Receitas em operações com derivativos	2.482.309	973.959
Despesas em operações com derivativos	(9.680.471)	(2.583.688)
	(7.198.162)	(1.609.729)

14 - Outras despesas Operacionais

a) Despesa de pessoal

	2026	2025
Despesas de Pessoal – Proventos	438.633	391.956
Despesas de Pessoal – Benefícios	215.895	223.297
Despesas de Pessoal – Encargos	153.904	137.361
	808.432	752.614

b) Despesas Administrativas

	2026	2025
Água, energia e gás	13.588	14.825
Aluguéis	30.891	25.863
Comunicação	44.235	41.314
Manutenção e conservação de bens	21.429	52.432
Processamento de dados + treinamento	81.227	79.282
Publicações	635	609
Serviço do sistema financeiro	333.564	220.189
Despesas com Seguro	4.080	5.421
Despesas Serv. Técnico especializado	34.261	25.608
Despesas viagens	120.855	71.497
	684.765	537.040

c) Despesas Tributárias

	2026	2025
Tributos Municipais/Estaduais	50.928	44.701
Cofins	225.971	199.693
Pis	36.720	32.450
	313.619	276.844

d) Outras Despesas Administrativas

	2026	2025
Condomínio	104.280	100.581
Representação	79.222	117.843
Material de expediente	8.329	8.223
Assinaturas diversas	45.872	44.125
Despesas com veículos	73.359	64.929
Despesas diversas	99.536	84.318
	410.598	420.019

15 - Gerenciamento de Riscos e de Capital

A Distribuidora é classificada como Tipo 3 e enquadrada no Segmento 4 (S4), observando a regulamentação prudencial estabelecida pelo Banco Central do Brasil, em especial as disposições da Resolução BCB nº 436, de 28 de novembro de 2024, relativas à classificação das instituições para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, e da Resolução BCB nº 265, de 25 de novembro de 2022, e alterações posteriores, aplicável às estruturas de gerenciamento de riscos e de capital das instituições Tipo 3 enquadradas no S4.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com o modelo de negócio da Distribuidora, com a natureza de suas operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, sendo proporcional à dimensão e à relevância de suas exposições aos riscos.

A Distribuidora mantém processo contínuo de identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos inerentes às suas atividades, observados os limites, políticas e procedimentos internos estabelecidos pela Administração.

Risco operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Distribuidora mantém políticas, procedimentos e controles destinados à identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes às suas atividades, incluindo aqueles relacionados aos processos operacionais, sistemas de tecnologia da informação, segurança da informação, continuidade de negócios e cumprimento das obrigações legais e regulamentares.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional são periodicamente avaliados e atualizados, considerando a natureza, a complexidade e a dimensão das atividades desenvolvidas pela Distribuidora.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Distribuidora não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez compreende o acompanhamento das disponibilidades, dos ativos e passivos e dos fluxos de recebimentos e pagamentos, considerando seus respectivos prazos de liquidação.

A Distribuidora mantém recursos líquidos compatíveis com suas necessidades operacionais e financeiras e realiza o monitoramento de sua posição de liquidez de forma a assegurar capacidade para o cumprimento tempestivo de suas obrigações.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A Distribuidora não realiza operações de concessão de crédito a clientes. Seus recursos próprios são aplicados em instrumentos de renda fixa lastreados em títulos públicos federais, observados os critérios de segurança, liquidez e os limites estabelecidos em suas políticas internas.

Dessa forma, considerando a natureza de suas operações e a composição de suas aplicações, a exposição da Distribuidora ao risco de crédito é limitada, sendo continuamente monitorada no âmbito de sua estrutura de gerenciamento de riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes das flutuações nos valores de mercado das posições mantidas pela Distribuidora, incluindo aquelas decorrentes de variações nas taxas de juros, preços e demais fatores de risco de mercado aplicáveis às suas posições.

A Distribuidora mantém procedimentos para identificação, avaliação, mensuração, monitoramento e controle das exposições ao risco de mercado, considerando a natureza e a relevância das posições mantidas.

As aplicações de recursos próprios são realizadas de acordo com as políticas e os limites internos estabelecidos, considerando, entre outros aspectos, segurança, liquidez e exposição às oscilações de mercado.

Riscos social, ambiental e climático

A Distribuidora mantém Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC, observando a regulamentação aplicável e os princípios de proporcionalidade e adequação ao seu modelo de negócio, à natureza de suas operações e à dimensão e relevância de suas exposições.

Os riscos social, ambiental e climático são considerados no âmbito da estrutura de gerenciamento de riscos da Distribuidora, de forma compatível com a natureza, complexidade e características das atividades desenvolvidas.

A Distribuidora mantém procedimentos destinados à identificação, avaliação, monitoramento e gerenciamento desses riscos, considerando a relevância das exposições decorrentes de suas atividades.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital consiste em processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Distribuidora, na avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos a que está exposta e no planejamento das necessidades de capital, considerando seus objetivos estratégicos e seu perfil de risco.

A Distribuidora mantém níveis de capital compatíveis com a natureza de suas atividades, seu perfil de risco e os requerimentos prudenciais aplicáveis, realizando o acompanhamento de sua adequação de capital de forma contínua.

O processo de gerenciamento de capital considera as exposições relevantes da Distribuidora e busca assegurar a manutenção de capital suficiente para suportar suas atividades e os riscos inerentes às suas operações.

Estrutura de gerenciamento e governança

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital é objeto de acompanhamento pela Administração, sendo as políticas, procedimentos, limites e controles internos periodicamente avaliados e revisados, de forma a permanecerem adequados às atividades desenvolvidas e ao perfil de risco da Distribuidora.

As informações, políticas, relatórios e demais documentos relacionados ao gerenciamento de riscos e de capital são mantidos atualizados e à disposição da Administração e do Banco Central do Brasil, observados os requisitos de divulgação e demais disposições estabelecidas na regulamentação vigente.

16 - Acordo de Basiléia (Limite Operacional)

De acordo com a Resolução 2.283 do Banco Central do Brasil, o índice da Basiléia é calculado com base nos ativos consolidados por nível de risco, que corresponde a um fator que representa a situação da instituição naquele momento, e que deve ser, atualmente, maior ou igual a 11%, está em 32,12%.

Índices de Referência	30/06/2026
1 - Patrimônio de Referência – PR	203.476.907
2 - Risco de Crédito – PEPR	669.714
3 - Risco de Ações – PACS	62.334.293
4 - Risco Operacional – POPR	6.679.490
5 - Patrimônio de Referência Mínimo Exigido (2 + 3 + 4)	69.683.496
6 - Excesso de Patrimônio em relação ao limite (1- 5)	133.793.410

VICTOR ADLER - PRESIDENTE
CPF 203.840.097-00

EDUARDO RAMOS DA SILVA - CONTADOR
CRC-RJ 121.783/O-8